

RETORNO PRESENCIAL SÓ COM VACINAÇÃO



Não é segredo para ninguém que o governo Bolsonaro pode ser caracterizado pela necropolítica. No cenário da pandemia de Covid-19, o seu poder político tem sido usado para ditar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer. São mais de 225 mil mortos e 9 milhões de infectados. Os mais pobres, em piores condições sociais, são os mais afetados. Para os que continuam vivos e saudáveis, há de se lidar com um cenário em que 14 milhões de pessoas estão desempregadas e mais de 30 milhões de trabalhadores estão na informalidade, sem nenhuma garantia trabalhista, de acordo com o IBGE.

Nesse período de pandemia, os profissionais de educação foram submetidos à medidas

impostas sem discussão com as comunidades escolares. A introdução do ensino remoto em todos os níveis da educação resultou em excesso de trabalho para os professores e exclusão de grande parte dos estudantes.

A manutenção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mesmo sob protestos de entidades representativas do campo educacional e científico, como Fórum Nacional Popular de Educação, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, União Nacional dos Estudantes e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O resultado não poderia ser outro que não a abstenção de 58% dos candidatos.

Agora, mesmo em um cenário em que a pandemia se agrava sem que haja um plano

de vacinação eficiente, governos municipais, estaduais e federal, sob intensa pressão do setor empresarial, ameaçam reabrir as escolas, que não sofreram nenhuma melhoria estrutural enquanto estiveram fechadas. Se o momento não é de afrouxar as medidas de proteção sanitária, a volta às aulas presenciais mostra que mesmo os governantes que se dizem oposição à Bolsonaro são protagonistas da necropolítica. É necessário que as entidades de luta dos profissionais da educação se mobilizem para organizar uma Greve Nacional da Educação, contra o retorno às aulas sem imunização e contra todos os ataques à educação pública de qualidade.

GREVE PELA VIDA E EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA



Professores da rede pública estadual do Rio de Janeiro, em assembleia on-line no dia 29/01, decidiram pela deflagração da Greve pela Vida, mantendo o trabalho virtual, contra a volta às atividades presenciais nas escolas e em defesa da vacinação de toda a categoria contra a Covid.

No Paraná, a greve geral a partir do dia 18 de fevereiro, aprovada em assembleia no dia 23/01, propõe lutar contra os ataques do governo Ratinho Jr., que insiste na terceirização de funcionários(as), suspendeu a reposição salarial do acordo da greve de 2015, congelou as carreiras, implantou escolas militares e quer impor o modelo de ensino híbrido sem debates com os educadores. Em São Paulo, a assembleia com indicativo de greve acontecerá em 05/02. É preciso unificar nacionalmente essa luta em defesa da vida e da Educação Pública!

MINAS GERAIS: A DEMORA DAS NOMEAÇÕES



O governo neoliberal de Romeu Zema e a Secretaria de Educação de Minas Gerais ampliam o processo de precarização da educação. Atualmente, a rede estadual contém 146 mil professores, sendo 68 mil efetivos e 78mil contratados. Todos enfrentam problemas com desvalorização e atrasos salarial e falta de condições de trabalho.

A efetivação do funcionalismo, por meio de concurso público, é uma garantia de qualidade do serviço público. O profissional contratado e terceirizado trabalha com menos direitos e sem estabilidade. A contratação por tempo determinado impossibilita projetos educacionais consistentes a longo prazo, além de promover insegurança e desemprego em massa.

O governo mineiro promete desde o início de seu mandato, em 2019, a rápida nomeação dos aprovados nos últimos concursos de 2014 e 2018. Porém, desde 2019 foram nomeados apenas 4,9 mil trabalhadores, número muito aquém do necessário e esperado.

Tal situação expõe os trabalhadores em educação à maior vulnerabilidades diante da pandemia, inclusive pela manutenção do processo de designação (contratação) da forma presencial.

A contratação precária, sem direitos, abre o caminho para o processo de terceirização da contratação docente. Por isso os governantes não realizam concursos e não nomeiam concursados, aumentando, a cada ano, o grupo de profissionais disponíveis para a exploração de empresas privadas que farão parcerias com os governos e ficarão com as verbas públicas, mantendo aos educadores salários de miséria.

TELETRABALHO: AUMENTO DA EXPLORAÇÃO



A Reforma Trabalhista aprovada em 2017 regulamentou o teletrabalho ou home office, sem incluir nessa regulamentação o controle de jornada. Não estabeleceu, por exemplo, adicional noturno e horas extras, garantidos no trabalho presencial. No caso dos educadores, durante a pandemia, a falta de uma diretriz concisa para seu trabalho, causou sobrecarga de trabalho, agravada pela falta de

infraestrutura para realização das atividades básicas, além de terem que lidar com as desigualdades de acesso à internet, situação que inviabiliza, em muitos casos, a adesão dos alunos ao ensino remoto.